

Leis, política e futebol

Ana Cristina Gonçalves

Da equipe do Correio

Num esforço concentrado de nove horas — das 21h de quarta-feira às 6h da manhã de ontem — os deputados distritais aprovaram seis projetos do pacote de ajuste fiscal do governo.

Ficou faltando o projeto que institui o teto salarial de R\$ 6 mil para os servidores públicos do GDF. Ele deve ser votado hoje junto com o orçamento para 1996.

Mesmo já tendo garantido 13 votos para aprovar o pacote, a bancada governista usou a estratégia de começar a votar os projetos menos polêmicos.

Às 21h começou a votação do projeto de suplementação orçamentária do governo, no valor de R\$ 91,2 milhões.

A suplementação foi aprovada com o acréscimo de apenas uma emenda, evitando o corte de R\$ 5 milhões do Fundo de Apoio à Pesquisa.

Alguns deputados estavam acompanhando também o jogo

Botafogo 2x1 Santos, visto graças a um televisor instalado na sala de imprensa.

Depois, as atenções se voltaram para o projeto que fixa critérios para a venda de 1/3 das férias pelos servidores públicos.

Acordo — “Essa medida foi necessária porque a União também suspendeu a venda de férias”, disse a deputada Maria José Maninha (PT).

A única unanimidade entre oposicionistas e governistas foi conseguida com o projeto que escalona multa por atraso no pagamento de impostos em 5%, 10% e 20%. Foi aprovado por 22 votos.

O projeto de aumento da alíquota do IPTU foi aprovado com modificações (veja quadro) e a isenção do IPVA para carros com mais de dez anos foi mantida, ao contrário do que queria o governo.

A partir do próximo ano, os mais de 360 mil carros isentos do imposto pagarão uma taxa de licenciamento no valor de 13% da UPDF (R\$ 12,17).